

GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA 2024-1

Professores

Humberto Falcão Martins
Ettore Oriol

Carga Horária

32 horas

Encontros

1: 05/03 19:00-21:30 (on-line)

2: 14/03 13:00-20:30

3: 15/03 13:00-16:30

4: 02/04 19:00-21:30 (on-line)

5: 11/04 13:00-20:30

6: 12/04 13:00-16:30

Ementa do Curso

Paradigmas de Administração Pública: burocrático, nova gestão pública, nova governança pública. A Nova Governança Pública: qualidades e capacidades institucionais (capacidades estatais, liderança, arquitetura institucional, modelo de gestão, inovação); relacionamento e colaboração (redes, sociedade-Rede, Estado-Rede governança em rede); gestão do desempenho e valor público (estratégia, alinhamento, monitoramento e avaliação).

Objetivos do Curso

Ao final do curso, os alunos deverão estar aptos a:

- *Elaborar uma compreensão ampla sobre alternativas contemporâneas de trato de problemas públicos;*
- *Ampliar as capacidades de análise crítica e de modelagem de soluções para casos concretos de iniciativas públicas.*

Metodologia de Ensino

Exposições dialogadas, exercícios e debates, baseados em leituras e análises sobre os temas programados e casos.

O curso segue uma orientação aplicada e pragmática baseada no estudo e construção de casos orientados por design de soluções¹. Todo o aporte teórico-conceitual e metodológico é direcionado para proporcionar o desenvolvimento da capacidade do participante em se situar contextualmente (sense-making), estruturar problemas (compreender redes de causalidade) e modelar soluções (design conceitual e de concretização/implementação).

Os exercícios realizados em sala constituem o cerne da abordagem orientada ao design e deverão ser consolidados de forma individual, dupla ou em grupo em um trabalho final no formato de um artigo científico (estudo de caso), ensaio ou relato técnico (projeto de intervenção). As diretrizes para elaboração do trabalho estão detalhadas nos Apêndices I, II e III.

É fundamental a leitura dos textos indicados nas leituras obrigatórias de cada módulo. Leituras complementares são aconselháveis a partir de interesses específicos dos alunos.

¹ Barzelay, Michael. 2019. A Gestão Pública como uma disciplina profissional orientada ao design. Enap.

Forma de Avaliação

A avaliação da Disciplina corresponderá à nota do trabalho final. A nota mínima para aprovação é 6.

Míni Currículo dos Docentes

Humberto Falcão Martins é Professor da Fundação Dom Cabral e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Foi visiting fellow na London School of Economics e na Hertie School, professor da EBAPE/FGV, da EAESP/FGV, da Universidade de Brasília e de escolas de governo no Brasil e no exterior. Fundou o Instituto Publix e o dirigiu por 15 anos. Anteriormente, ocupou posições executivas em empresas privadas e na administração pública, em especial no Ministério da Administração e Reforma do Estado e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde foi Secretário de Gestão, delegado do Brasil no Comitê de Gestão Pública da OCDE e Presidente da Rede de Gestão Pública e Transparência do BID. Pertenceu à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. É graduado em Administração (UnB, 1986), Mestre em Administração Pública (EBAPE/FGV, 1995), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ENAP, 1996) e Doutor em Administração (EBAPE/FGV, 2003). Estagiou na York University (Canadá) e na École Nationale de Santé Publique (França). Possui cerca de 130 publicações. Foi agraciado com o Prêmio ANPAD de Administração Pública, a Medalha Hélio Beltrão e o Mérito CONSAD em reconhecimento pelo seu trabalho. É palestrante, conselheiro de empresas e consultor de organismos internacionais. Nos últimos 25 anos, tem desenvolvido metodologias de gestão inovadoras e colaborado em iniciativas referenciais de transformação da gestão pública, dentre as mais de 300 nas quais colaborou.

Ettore Oriol é prof. convidado na Fundação Dom Cabral, prof. no Mestrado Profissional MADE-UNESA, e prof. assistente no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Graduado em Ciências Contábeis (FSA/2001), com pós-graduação em Docência no Ensino Superior SENAC-SP (2017), Mestrado em Administração de Empresas MADE-UNESA (2019) e Doutorado em Administração Pública e Governo EAESP-FGV (2024). Foi Visiting Scholar na Paul O'Neill School da Universidade de Indiana – USA. Tem experiência profissional como empreendedor por mais de 20 anos e como servidor público por mais de 5 anos. Conta com mais de 20 publicações de artigos em revistas acadêmicas, capítulos de livros e livros completos em parceria com diversos outros autores, além de artigos em jornais como Estadão e Valor Econômico. Participa como membro do Academy of Management, IRSPM e da ANPAD. Participou como autor e apresentando artigos aprovados em congressos como AoM, IRSPM, EnANPAD, SemeAd, Egos, CLAD, CLADEA, CONSAD entre muitos outros. Desenvolve pesquisa nas áreas de Capacidades Institucionais, Governança Colaborativa e Fragilidade Financeira (Políticas Públicas voltadas para a inclusão financeira).

Encontro 1 - Estado e Administração Pública

- Evolução do Estado moderno e os paradigmas de administração pública; Administração pública burocrática; Nova gestão pública; Nova governança pública.
- Três eixos de significado de "governança": corporativa, político-institucional, pública.
- Os elementos da nova governança pública: qualidades e capacidades institucionais; relacionamento e colaboração; desempenho e valor público

Leituras Obrigatórias

Falcão-Martins, Humberto & Marini, Caio. 2014. Governança pública contemporânea – uma tentativa de dissecação conceitual. Revista do TCU, edição nº 130.

Cavalcante, Pedro. 2017. Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. IPEA.

Gaetani, Francisco; Lago, Miguel 2022. A construção de um Estado para o século XXI. Ed. Cobogó.

Leituras Complementares

Barzelay, Michael. 2019. A Gestão Pública como uma disciplina profissional orientada ao design. Enap.

Secchi, Leonardo. 2009. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública. 43(2):347-69, MAR./ABR. 2009.

Aguilar, L. F. 2011. Public governance for results: a conceptual and operational framework. United Nations Economic and Social Council, Committee of Experts on Public Administration, Tenth session, New York.

Rhodes, R.A.W. Beyond new public governance (cap. 10). In "Politics, Policy and Public Administration in Theory and Practice. Essays in Honour of Professor John Wanna". Edited by: Andrew Podger, Michael de Percy, Sam Vincent. ANU-ANZSOG, 2021.

Exercício 1. Identificando os paradigmas sob os quais você trabalha.

Exercício 2. Avaliando seu modelo de governança.

Informações/Leituras Adicionais

1. Falcão-Martins, Humberto. 1997. *A Ética do Patrimonialismo e a Modernização da Administração Pública Brasileira*. In: Motta, Fernando C. Prestes & Caldas, Miguel P., Cultura Organizacional e Cultura Brasileira, Atlas, 1997, pp. 171-183.
2. Falcão-Martins, Humberto. 2006. *Reforma do estado na era FHC: diversidade ou fragmentação da agenda de políticas de gestão pública?* in: Abrucio, F. & Loureiro, M. R. "O estado numa era de reformas: os anos FHC", 2006.
3. Osborne, S. 2010. The New Public Governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance. Routledge.
4. Van der Steen, Martijn; Van Twist, Mark J. W.; & Bressers, Daphne. 2016. The Sedimentation of Public Values: How a Variety of Governance Perspectives Guide the Practical Actions of Civil Servants. Review of Public Personnel Administration, 1–28.

Encontro 2 - Governança como qualidades e capacidades institucionais

- Qualidade e capacidades institucionais, Capacidades estatais, Equilíbrio institucional, Liderança
- Arquitetura institucional e modelo de gestão - Modelos verticais e horizontais; A questão da integração; O alinhamento do modelo de gestão; Estrutura e personalidade jurídica; Inovação.

Leituras Obrigatórias

Gomide, A. A. & Pires, R. R. 2014. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: Gomide, A. A. & Pires, R. R., Capacidades Estatais e Democracia - Arranjos Institucionais de Políticas Públicas, IPEA.

Martins, H., Oriol, E., Vilela, P. e Moreira, L. Development and institutional capacity. Analytical model and assessment of Brazilian public administration. International Research Society for Public Management conference 2022.

Abramovay, Pedro; Lotta, Gabriela. 2022. A democracia equilibrada: Políticos e burocratas no Brasil. Companhia das Letras.

Leituras Complementares

Fukuyama, F. What is governance? Governance, v. 26, n. 3, p. 347–368, July 2013.

Cingolani, L. The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures. Working Paper Series on Institutions and Economic Growth: IPD WP13. Maastricht Economic and social Research institute on Innovation and Technology and Maastricht Graduate School of Governance, 2013.

Shostak, R., Martín, A., Diamond, P., Mosqueira, E. and Lafuente, M. The Center of Government revisited: a decade of global reforms. Interamerican Development Bank, 2023.

Martins, H. F. Repensando modelos de governança com o design thinking. 2014. Congresso do CLAD. Quito.

Exercício 3. Refletindo sobre inovação na sua organização.

Exercício 4. Avaliando o alinhamento do modelo de gestão.

Informações/Leituras Adicionais

1. Acemoglu, D. & Robinson, J. 2012. Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty. Crown.
2. Rodrik, D. Industrial policy for the twenty-first century. In: RODRIK, D. (Ed.). One economics, many recipes. Globalization, institutions and economic growth. New Jersey: Princeton University Press, 2007.
3. Castro, A. C & Boschi, R. R. 2020. State Capacities and Development In Emerging Countries. INCT/PPED.
4. Crosby, Barbara C. & Bryson, John M. 2017. Why leadership of public leadership research matters: and what to do about it. Public Management Review, DOI: 10.1080/14719037.2017.1348731.
5. Evans, P. 2011. The capability enhancing developmental state: concepts and national trajectories. Niterói: Cede, 2011. (Texto para Discussão, n. 63)
6. Evans, P.; Rueschemeyer, D.; Skocpol, T. Bringing the State back in. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
7. Grindle, M. 1997. Getting Good Government: Capacity Building in the Public Sectors of Developing Countries. Harvard Kennedy School.
8. Salamon, L. 2002. The tools of government. Oxford University Press.

Encontros 3 e 4 - Governança Colaborativa – Humberto Falcão Martins

- Governança colaborativa: em rede, interativa, integradora; A nova ciência das redes; A sociedade-rede; O Estado-rede
- Redes de governança e governança de redes
- Parcerias

Leituras Obrigatórias

Emerson, K., Nabatchi, N. & Balogh, S. An Integrative Framework for Collaborative Governance. *J Public Adm Res Theory* (2011) 22 (1): 1-29.

Martins, H, Oriol, E., Wegner, D. e Becker, P. Updating Emerson's Collaborative Governance Model. *Academy of Management Conference*, 2023.

Leituras Complementares

Ferguson, Niall. 2017. A praça e a torre. Redes, Hierarquias e a luta pelo poder Global. Ed. Crítica. Partes I (pp. 23-80), VIII (pp. 361-420) e IX (pp. 421-452).

Castells, Manuel. 2013. Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet. Zahar.

Falcão-Martins, H. 2017. Organizações Sociais: passado, presente e futuro. In: Fux, Luiz; Modesto, Paulo e Martins, Humberto, “As Organizações Sociais após o julgamento da ADIN 1923/2015 no STF”, Forum-Cebraspe, 2017.

Falcão-Martins, H. e Oriol, E. Um Guia de Governança Colaborativa. FDC, 2003.

Exercício 5. Identificando e caracterizando uma experiência colaborativa.

Exercício 6. Avaliando a maturidade colaborativa.

Informações/Leituras Adicionais

1. Agranoff, R. 2007. Managing within networks. Georgetown University Press.
2. Agranoff & McGuire, M. 2003. Collaborative Public Management. Georgetown University Press.
3. Ansell, C. & Gash, A. 2008. Collaborative Governance in Theory and Practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, Volume 18, Issue 4, October 2008, Pages 543–571. Moore, M. & Benington, J. 2011. Public Value Theory and Practice. Palgrave MacMillan.
4. Castells, Manuel. 2012. Sociedade em rede - era da informação, economia, sociedade e cultura. Paz e Terra.
5. —. 2010. The Power of Identity: The Information Age: Economy, Society, and Culture Volume II. Willey & Blackwell
6. —. 2010. End of Millennium: The Information Age: Economy, Society, and Culture Volume III. Willey & Blackwell.
7. Falcão-Martins, Humberto; Salgado, Valéria & Graeff, Aldino. 2010. *Formas de asociación entre el poder público y La sociedad civil organizada en Brasil*. Reforma y Democracia, revista del CLAD, nr 48, octubre 2010.

Encontro 5 - Governança para resultados

- Desempenho e gestão do desempenho: modelos e elementos basilares
- A construção da estratégia: Análise ambiental: fatores e atores; modelo de "negócio"; propósitos, resultados, iniciativas; mensuração (indicadores, metas)
- A implementação da estratégia: desdobramento, pactuação, alinhamento organizacional; engajamento
- Monitoramento e avaliação da estratégia

Leituras Obrigatórias

Falcão-Martins, Humberto. 2018. Governança para resultados. In: IPEA, Boletim de Análise Político-Institucional No 19 pp. 57-66.

Falcão-Martins, Humberto & Marini, Caio. 2010. Um guia de governança para resultados na Administração Pública. Publix.

Leituras Complementares

Moore, M. 1995. Criando Valor Público. Enap. Capítulos 1 e 2.

Van Dooren, W.; Bouckaert, G.; Halligan, J. 2010. Performance management in the public sector. London: Routledge.

Halligan, J. Contradictions in implementing performance management (cap. 5). In "Politics, Policy and Public Administration in Theory and Practice. Essays in Honour of Professor John Wanna". Edited by: Andrew Podger, Michael de Percy, Sam Vincent. ANU-ANZSOG, 2021.

Osborne, S. 2021. Public Service Logic - Creating Value for Public Service Users, Citizens, and Society Through Public Service Delivery. Routledge.

Falcão-Martins, H., Gomes, R., Vilhena, R. Performance Management in Brazilian Public Administration. In: Lisboa, E, Gomes, R e Falcão-Martins, H. The Brazilian Way of Doing Public Administration. Emerald, UK. 2023.

Exercício 7. Avaliando a maturidade da gestão para resultados.

Exercício 8. Consolidando os exercícios anteriores.

Informações/Leituras Adicionais

1. Barbato, Giovanni & Turri, Matteo. 2017. Understanding Public Performance Measurement through Theoretical Pluralism. International Journal of Public Sector Management, Vol. 30 Issue: 1, pp.15-30.
2. Bouckaert, Geert & Halligan, John. Managing Performance: International Comparisons. Routledge. 2008.
3. Boyne, George et al. Public Service Performance: Perspectives on Measurement and Management. Cambridge University Press. 2006.
4. Falcão-Martins, Humberto, 2019. Documento de Referência Sobre Gestão do Desempenho em Governos. Fundação Lemann.
5. Falcão-Martins, Humberto & Mota, João Paulo. 2011. Performance measurement in action: the 6ds performance model. 15º IRSPM – International Research Society for Public Management, Dublin.
6. OECD. 2017. Skills for a High Performing Civil Service, OECD Public Governance Reviews, OECD. Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264280724-en>

Apêndice I – Diretrizes para Elaboração de Artigo Científico

Um artigo científico é um manuscrito que representa um trabalho original de pesquisa ou estudo científico, cujo propósito é o de compartilhar tal trabalho com outros cientistas. Pode ser uma adição ao estudo em andamento em uma área do conhecimento, pode ser totalmente inovador ou um estudo comparativo entre diferentes abordagens. Para atingir tal objetivo, os artigos devem ter, como meta principal, informar, não impressionar. Eles devem ser altamente legíveis, isto é, claros, precisos e concisos. Os artigos científicos usualmente têm dois públicos principais: primeiro, os revisores de revistas científicas, que ajudam o editor de uma revista a decidir se um artigo é adequado para publicação; e segundo, os próprios leitores da revista, que podem ter graus variados de conhecimento sobre o tema abordado (poderiam também ser incluídos revisores e participantes de congressos e encontros científicos).

Em termos de orientações gerais, um artigo científico:

- deve responder a uma pergunta;
- se torna mais interessante caso tenha uma hipótese (resposta provisória à pergunta) formulada;
- deve ter fundamentos sólidos e baseados na literatura científica preexistente;
- deve ser original (comunicar pela primeira vez o resultado de uma pesquisa, pois seu principal objetivo é compartilhar os resultados obtidos, por meio da pesquisa realizada, com a comunidade científica para que possam ser conhecidos e contrastados) e contribuir com algo novo para o campo temático do qual se trata;
- seus resultados devem ser válidos, confiáveis, e reprodutíveis, e devem ser redigidos em linguagem clara e precisa (devem conter claramente todas as informações necessárias para que outros cientistas possam reproduzir os resultados encontrados); e
- deve utilizar uma metodologia com instrumentos e procedimentos cientificamente válidos (para o campo de estudo em questão), independentemente de ser qualitativa, quantitativa ou mista.

Título: máximo de 15 palavras.

Title: segue as mesmas regras do título em português.

Resumo: O resumo deve apresentar de forma clara o problema de pesquisa (objetivo principal/geral da pesquisa), o método, a hipótese de estudo (se houver), os resultados e as conclusões do trabalho. O resumo deve ser composto de uma sequência bem encadeada de frases coerentes, consistentes e objetivas. Não deve haver enumeração de tópicos. Deve ser redigido em um único parágrafo. Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. Ao ler seu resumo, o leitor deve ser capaz de apreender as principais características do seu trabalho. O resumo deve conter entre 150 e 250 palavras.

Palavras-chave: Indicar de 3 a 5 palavras-chave separadas entre si por ponto e vírgula. Abstract: Segue as mesmas regras do resumo em português.

Keywords: Seguem as mesmas regras das palavras-chave em português.

A estrutura de artigo que se recomenda é a seguinte:

- Introdução;
- Referencial Teórico;
- Metodologia (e hipóteses, se for o caso);
- Resultados e Discussões;
- Conclusão; e,
- Referências.

Detalhamento das seções:

Introdução: apresentar, contextualizar e justificar o tema da pesquisa, o problema de pesquisa, a(s) hipótese(s) (se for o caso), a metodologia e os principais resultados alcançados. Idealmente, o(a) autor(a) deve terminar a introdução com um parágrafo apresentando o artigo, explicitando quantas e quais são as seções do artigo que virão adiante.

Referencial Teórico: apresentar os principais conceitos, teorias, definições que a pesquisa utiliza a partir da bibliografia utilizada.

Metodologia: Deve-se apresentar toda a operacionalização da pesquisa, isto é, o detalhamento do passo a passo segundo o qual o ela foi realizada. Dentro da seção de metodologia, o(a) autor(a) deve apresentar sua(s) hipótese(s) de estudo, fundamentando-a (teoricamente, se for o caso) e especificando como elas será(ão) verificada(s)/testada(s).

Resultados e Discussões: apresentar os resultados alcançados com a pesquisa e discuti-los à luz do referencial teórico. Na seção dos resultados o(a) autor(a) deve deixar claro quais as contribuições que a pesquisa oferece para o tema estudado e demonstrar se a(s) hipótese(s) de estudo foi(foram) confirmadas ou refutadas.

Conclusão: reforçar os principais resultados alcançados pela pesquisa e apontar possibilidades de pesquisas futuras que podem aprofundar ainda mais as evidências do objeto de estudo da sua pesquisa, ou seja, que outras pesquisas futuras contribuiriam ainda mais para entender o que você pesquisou.

Referências: apresentar todas as fontes consultadas.

Recomendamos que o artigo possua entre 10 e 15 páginas.

Apêndice II – Diretrizes para Elaboração de Ensaio Acadêmico

O ensaio é caracterizado pela liberdade que os autores possuem em argumentar de forma crítica em torno da questão principal que o texto se propõe trabalhar, baseando-se em evidências científicas. Ao escrever um ensaio acadêmico, o escritor deve ser claro e preciso no que diz respeito à utilização do vocabulário, devendo sempre evitar usar gírias. Deve-se priorizar a linguagem objetiva, isto é, evitar tornar parágrafos prolixos com o uso de muitas palavras para transmitir ideias simples. No ensaio não há necessidade da verificação de hipóteses e aprofundamentos exaustivos, tal como se vê no modelo hipotético-dedutivo que predomina nos artigos científicos.

Em termos de orientações gerais, um ensaio acadêmico deve:

- Responder a uma pergunta;
- Ter uma tese (resposta à pergunta) e um argumento (conjunto de premissas e conclusões que oferecem razões para se acreditar que a resposta à pergunta é verdadeira). A credibilidade do argumento é baseada na qualidade das evidências apresentadas;
- Apresentar e/ou discutir um tópico: desenvolver a tese através de um conjunto de tópicos bastante relacionados em termos de ideias e evidência; e,
- Incluir exemplos relevantes, evidências basais e informações advindas de textos acadêmicos e fontes críveis.

Título: máximo de 15 palavras.

Title: segue as mesmas regras do título em português.

A estrutura de ensaio acadêmico que se recomenda é a seguinte:

- Introdução;
- Desenvolvimento;
- Conclusão; e,
- Referências.

Detalhamento das seções:

Introdução: deve chamar a atenção do leitor para o tema proposto para o ensaio. Certifique-se de que a introdução se mova do geral para o específico em relação ao tópico. Forneça ao leitor um “roteiro” do ensaio em uma ordem lógica. Deve conter o que é chamado de declaração de tese (resposta à pergunta proposta), que é o mais importante componente da introdução.

Desenvolvimento: pode ser expositivo, argumentativo ou persuasivo. Inclui as evidências que dão suporte ao artigo, dialogando-as com as ideias do autor. Recomenda-se o uso de três tipos de ordenação lógica de ideias: 1) ordem cronológica ou de tempo, que é adequado para narrativas; 2) ordem espacial, adequada a descrições de áreas geográficas; e, 3) ordem enfática do menos importante para o mais importante. Em termos de escrita e estilo, considerar que: a) os parágrafos devem incluir um tópico frasal que relacione a ideia em questão com a tese proposta; b) certificar-se de que frases de transição estejam presentes para criar um bom fluxo para a redação; c) incluir exemplos e evidências substanciais para apoiar seu argumento e lembrar-se de citar cada uma delas; e, d) certificar-se de que cada exemplo seja relevante para o seu tópico específico.

Conclusão: esta seção deve envolver todos os seus argumentos e pontos abordados. Deve reafirmar os principais argumentos de forma simplificada e resumida. Assegure-se de que o leitor tenha algo em que pensar e refletir, especialmente se for um ensaio argumentativo. Recomendamos que o ensaio possua entre 5 e 10 páginas.

Apêndice III – Diretrizes para Elaboração de Relato Técnico

Para a estrutura do relato técnico, compartilhamos as diretrizes estabelecidas e utilizadas pela Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP). De acordo com a SBAP, “Relato Técnico é um formato de comunicação escrita que tem por objetivo facilitar o diálogo técnico-científico entre práticos e acadêmicos que atuam na área de Administração Pública. O relato técnico é formato adequado para aqueles que querem comunicar uma experiência de mudança organizacional, processo decisório, avaliação ou análise prescritiva de política pública, proposta de intervenção governamental ou um caso de governança de atores na esfera pública. O relato técnico deve gerar aprendizado para a melhoria prática da Administração Pública, suas políticas, instituições e a governança pública.”

Título: máximo de 15 palavras.

Title: segue as mesmas regras do título em português.

Resumo: deve ter uma extensão mínima de 100 e máxima de 150 palavras. No texto, é necessário explicitar o problema público, o objetivo da política/programa/ação/intervenção, os resultados da experiência/formulação/implementação e as principais recomendações práticas.

Palavras-chave: Indicar de 3 a 5 palavras-chave separadas entre si por ponto e vírgula.

Abstract: Segue as mesmas regras do resumo em português.

Keywords: Seguem as mesmas regras das palavras-chave em português.

A estrutura de relato técnico que se recomenda é a seguinte:

- Introdução;
- Corpo do trabalho;
- Recomendações; e,
- Referências.

Detalhamento das seções:

Introdução: contexto e antecedentes político-administrativos, diagnóstico do problema público, objetivo da política/programa/ação/intervenção.

Corpo do trabalho: relato da experiência ou construção do processo decisório ou estruturação da proposta de política/programa/ação/intervenção ou resultados de processo avaliativo, metodologia adotada para implementação/avaliação, fatores críticos de sucesso ou insucesso, aprendizados, recursos financeiros-orçamentários, aspectos políticos, aspectos técnicos, aspectos administrativos, aspectos jurídicos.

Recomendações: orientações práticas para casos similares, recomendações para tomador de decisão, ajustes necessários, orientações para a adaptação de políticas/programas/ações/intervenções em outros contextos, etc.

Referências: apresentar todas as fontes consultadas.

Recomendamos que o relato técnico possua entre 8 e 12 páginas.